

3

Arqueologia Medieval



EDIÇÕES AFRONTAMENTO

Capa e Design Gráfico: Gil Maia.

Fotografia da capa: Terrina com decoração caligráfica em «corda seca» (séc. XI). Museu de Mértola (Foto de Luís Pavão).

Fotografia da contracapa: Grande tigela com esmaltagem em verde e manganês, possivelmente fabricada em Maiorca ou Qayrawân (na actual Tunísia) em finais do séc. X e representando um navio comercial vulgar nessa época no Mediterrâneo Ocidental. Decorava a fachada da igreja de San Piero em Pisa. (Foto de G. Berti).

ISSN: 0872-2250

Nº de edição: 523

Depósito legal: 66923/93

Edição: Edições Afrontamento, Lda. — Rua Costa Cabral, 859 — 4200 Porto — Portugal

Telefones: (02) 529271, 594880 — Telefax: (02) 591777

Impressão: Litografia Ach. Brito / Porto

Acabamento: Rainho & Neves, Lda — Santa Maria da Feira

Periodicidade: Anual

TOPOGRAFIA HISTÓRICA DE MÉRTOLA.

AS OCUPAÇÕES FUNCIONAIS DO TERREIRO JUNTO À PORTA DA RIBEIRA, DA ÉPOCA MEDIEVAL À CONTEMPORÂNEA: CAPELA DE SANTIAGO – IGREJA DA MISERICÓRDIA – ESPAÇO MUSEOLÓGICO

JOAQUIM BOIÇA

0. A temática das ocupações funcionais dos cascos urbanos, numa perspectiva histórica, é relativamente recente. A arqueologia urbana, assim como a salvaguarda e recuperação dos centros históricos são áreas de investigação e de intervenção que estão ainda a dar os seus primeiros passos. Por seu turno, a investigação histórica sobre as estratigrafias ocupacionais dos centros urbanos, no seu todo ou parcelas representativas, não conheceu ainda estudos significativos.

Mértola, antes da definição da fronteira com Castela, que a isolou do resto da Andaluzia, foi um importantíssimo posto comercial, o porto fluvial mais a norte da grande estrada que era o Guadiana. Por aqui eram escoados os trigos das zonas produtoras de cereais de grande parte do Baixo Alentejo, o ouro, a prata e o cobre das grandes extracções mineiras de Aljustrel, de S. Domingos e da serra da Adiça. Aqui chegavam as gentes e os produtos dos mais díspares lugares do mundo mediterrânico antigo. Aqui se cruzavam com o rio as estradas pelas quais chegavam e se redistribuíam as mercadorias.

O seu privilegiado posicionamento geográfico e a sua implantação estratégica, envolvendo um cerro íngreme cercado pela ribeira de Oeiras e pelo Guadiana, garantiu-lhe invejáveis condições de defesa.

Na combinação destes múltiplos factores, deteve Mértola, no passado, uma importância histórica que o pequeno burgo actual, esquecido o estatuto que ostentou de cidade pré-romana e romana, de capital de um reino taifa e de primeira sede dos cavaleiros da Ordem de Santiago longinquamente deixa adivinhar.

As marcas deste rico passado não foram globalmente sacrificadas, como em tantas outras vilas e cidades, à marcha do tempo e reestruturação cíclica dos seus espaços. Se é no período cristão que, paulatinamente, se traça a fisionomia urbana que Mértola hoje ostenta, ela absorveu e conservou boa parte da memória civilizacional passada.

O casco urbano de Mértola reúne, assim, condições singulares enquanto objecto de estudo. Aqui, desde há alguns anos, a intervenção arqueológica cruza-se com a investigação histórica, a reabilitação e valorização urbana e a museologia. O presente artigo parte desta pluridisciplinaridade, mas é, evidentemente, um esboço apenas da mesma. Na sua base, o estudo das sucessivas ocupações de um espaço representativo do casco, da época medieval cristã à contemporânea: o pequeno terreiro desenhado em torno da *porta da ribeira*, pólo dinâmico e com acentuada carga simbólica na história da vila.

1. As operações bélicas lançadas pelos monarcas cristãos no decurso das primeiras décadas do século XIII, com a participação determinante das ordens militares, empurraram definitivamente as fronteiras do reino de Portugal para sul. Em meados de Duzentos, o recorte do território, salvo alguns acertos mais tardios, encontrava-se praticamente definido. Aos senhores da guerra, em troca dos feitos contra o *infidel*, são prestadas honrarias várias e concedidos largos privilégios, traduzindo-se estes, sobretudo, no domínio que lhes é dado sobre as novas terras conquistadas. À Ordem de Santiago, comparativamente com as de Avis e do Hospital, cabe a fatia mais significativa e o controlo efectivo sobre boa parte dos centros urbanos do vasto Além-Tejo.

A cidade de Mértola, praça-forte de importância capital na máquina de guerra almoadá, capitula em 1238. No ano seguinte, D. Sancho II doa-a, mais o seu alargado termo, aos Santiaguistas, que se instalam na sua imponente alcáçova. Poucos anos volvidos, elegem-na sede nacional da Ordem, estatuto que ostentará até 1316 e que ilustra bem o papel que interpreta no contexto das lutas da *Reconquista*.

Com a fixação das linhas de fronteira, e assegurada a paz, Mértola perde parte substancial da importância militar que detinha, embora continue a assumir-se como bastião primeiro na estrutura defensiva de um alargado território fronteiriço, que tinha no rio Guadiana o referente principal.

Esta situação, que começa a esboçar-se em inícios do século XIV, é um dos quadros explicativos da decadência que Mértola irá conhecer no período tardo-medieval. Outros, mais profundos, prendem-se com a entrada em cena dos cavaleiros cristãos e da ruptura civilizacional que introduzem.

Após a *Reconquista*, a intensa actividade mercantil, que fizera de Mértola, séculos a fio, ponto de encontro de circuitos vários de gentes e produtos da bacia do Mediterrâneo e placa giratória para um intenso comércio interior, perde abruptamente o seu brilho. É claro que o Guadiana continuará a ser sulcado por barcos guiados por mãos adestradas na arte de marear, mas as mercadorias, essas, são já outras e partem de novos portos, cruzando agora, em ritmo sazonal, as costeiras águas atlânticas. Este cenário estende-se aos circuitos regionais de comércio terrestre, assegurado por uma rede de vias de há muito traçada e que continuará a ser calcorada por almocreves e muars, garantindo a distribuição das mercadorias transbordadas no porto de Mértola e das que a este chegavam para rumar aos portos algarvios ou à grande Lisboa.

Mas é sobretudo em torno da terra, progressivamente adaptada à monocultura de cereais, da pastorícia e da ancestral actividade piscícola, sobre a qual recai o peso da dízima, que se irão estreitar e desenhar as cadeias do poder e do aparelho económico. A exploração das águas fluviais enquanto força motriz fecha o quadro: dos moinhos de água que irão pontuar a paisagem ribeirinha, em particular no Guadiana mas também no Vascão, a Ordem de Santiago possui os mais importantes, retirando dos restantes significativos dividendos fiscais.

É neste contexto que toma forma uma nova estrutura de povoamento, assente na repartição de terras, que a diversidade antropológica Trecentista e Quatrocentista claramente denuncia. Por outro lado, com as alterações operadas, muitas rotas e povoados mineiros, como a investigação arqueológica tem vindo a provar, encontram então o seu fim.

O definhar da actividade mercantil, o processo de senhorialização e a diminuição da importância militar, são as coordenadas históricas que deixam entender a decadência em que mergulha a velha urbe de Mértola no período medieval cristão. Coordenadas que apontam, por outro lado, para uma diminuição dos efectivos populacionais concentrados dentro das suas muralhas e inevitável enfraquecimento da sua vida urbana. É um facto revelador a determinação protagonizada por D. João I de conceder a Mértola o estatuto de couto de homiziados (1420), acto extremo que conheceram as regiões fronteiriças mais despovoadas, fosse por questões de defesa ou como recurso artificial para fixar mais gentes.

A partir de finais do século XV e até ao terceiro quartel do século XVI, a vila de Mértola e o seu termo participam no crescimento económico do reino. No contexto regional, o centro da mesma está intimamente ligado à produção e comercialização cerealífera. Mértola e o seu porto revigoram. As ligações comerciais à costa algarvia e norte africana e à cidade de Lisboa intensificam-se.

A comenda de Mértola, nesta época, transforma-se na mais apetecida das que a Ordem de Santiago possui. Dado significativo: dentro do que foram os seus limites primitivos, organiza-se uma nova comenda, tendo por cabeça a aldeia de Alcaria Ruiva, em torno da qual de distribuem, precisamente, as terras de melhores potencialidades cerealíferas.

Em finais de Quinhentos, porém, acompanhando uma nova conjuntura económica, a situação inverte-se. Os anos de prosperidade eram já uma longínqua lembrança. Dependendo umbilicalmente da produção cerealífera e do movimento portuário, Mértola inicia então um novo e longo ciclo de decadência.

2. A Mértola cristã dos séculos XIII a XVI conheceu, inevitavelmente, alterações significativas na sua estrutura urbana, retrato de uma nova ordem que é imposta com a *Reconquista*. Nova ordem materializada e simbolizada em duas intervenções que são também paradigmáticas das preocupações que guiavam os conquistadores santiaguistas: a sagração da mesquita almoada em igreja de Santa Maria e a construção de um castelo (Figs. 1 e 2).

Assim, novos amuralhamentos e uma torre de menagem, concluída em 1292, passam a destacar-se no conjunto edificado e a dominar a vila. Em toda a sua organização desenha-se o recorte característico de uma fortificação medieval cristã, de feição gótica. No seu recinto levantam-se as estruturas indispensáveis ao alojamento dos cavaleiros e ao corpo de tropas que os secundava, assim como uma capela dedicada ao apóstolo Santiago. Na torre de menagem,

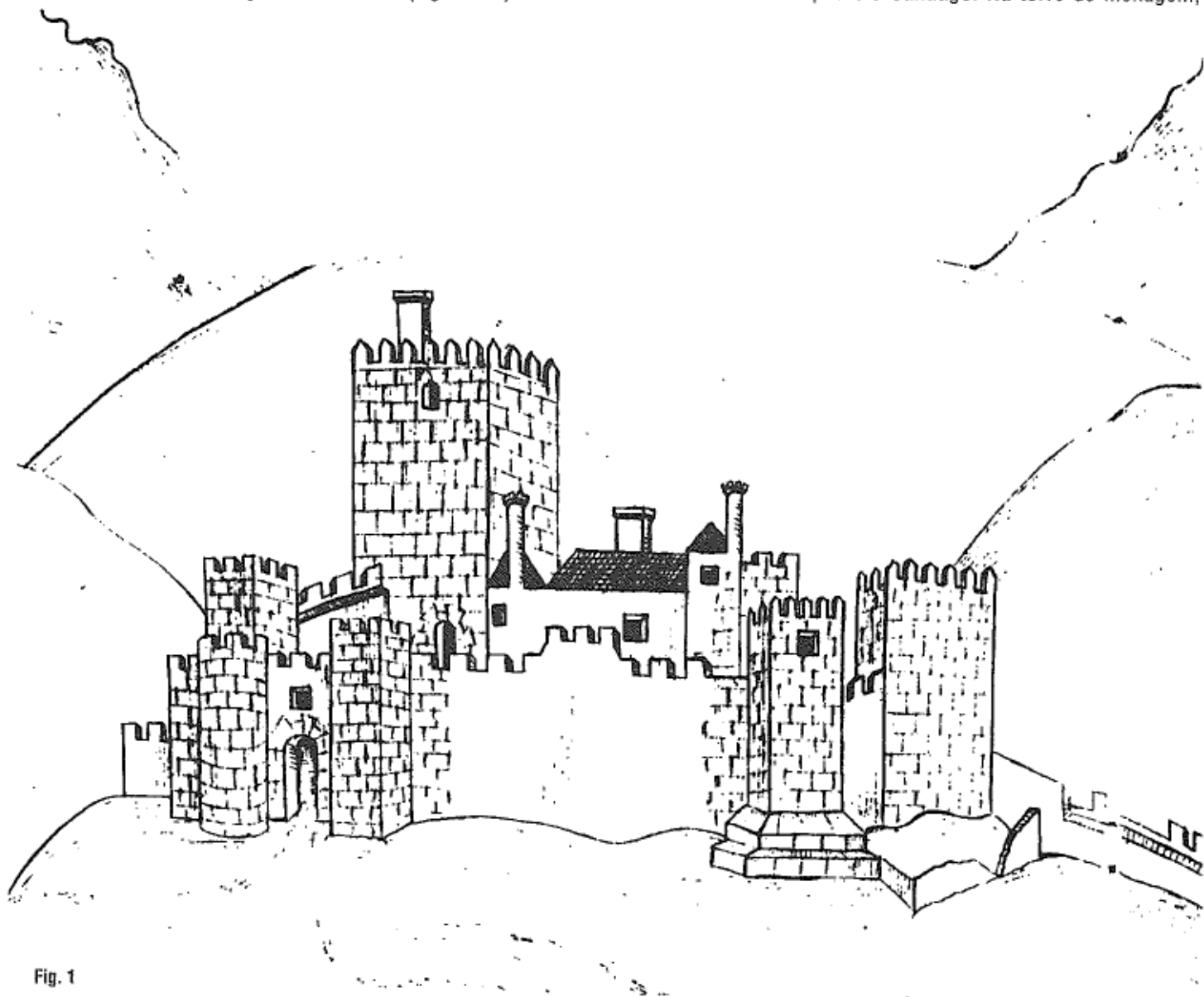


Fig. 1

representação imagética do poder senhorial instituído, instala-se o comendador. Numa das outras torres que é erguida, a postada sobre a ribeira de Oeiras, fica a funcionar a cadeia.

Em finais do século XV, a par de algumas obras introduzidas nas muralhas do já envelhecido castelo, ergue-se um edifício senhorial imponente – as casas da alcaidaria. Ajustadas à importância e dignidade do cargo de alcaide, era uma construção de dois pisos, com diversas dependências, evoluindo ao longo da muralha entre a torre de menagem e o torreão flanqueante (Figs. 1 e 3). A par deste edifício ergueram-se outras instalações: estábulos, aquartelamentos, cozinhas e casa de morada do alcaide pequeno, igualmente de dois pisos, organizada em torno do torreão voltado à vila.

Este conjunto, em finais do século XVI, encontrava-se em ruína absoluta, sinal inequívoco das implicações ditadas por uma conjuntura histórica desfavorável mas, também, de acordo com uma nova mentalidade que se instala entre as elites locais. De facto, a exemplo de outras vilas fortificadas da raia, verifica-se a mudança das alcaidarias para o coração da vida urbana, junto às praças mais nobres. É o que sucede em Mértola, instalando-se o alcaide-mor em duas moradas de casas situadas na praça da vila, propositadamente compradas para esse fim. Acompanha-o, nesse movimento descendente, a mudança da prisão, que passa a ocupar edifício próprio, na praça do município. Ao que tudo indica, é contemporânea destas modificações (finais do século XVI) a construção dos paços do concelho. Assentes numa plataforma sustentada por uma estrutura arquitectónica avançada, de dupla arcaria, que se levanta adossada à muralha da vila, era um edifício oblongo, de fachada virada à praça e em local central da mesma (Fig. 4).

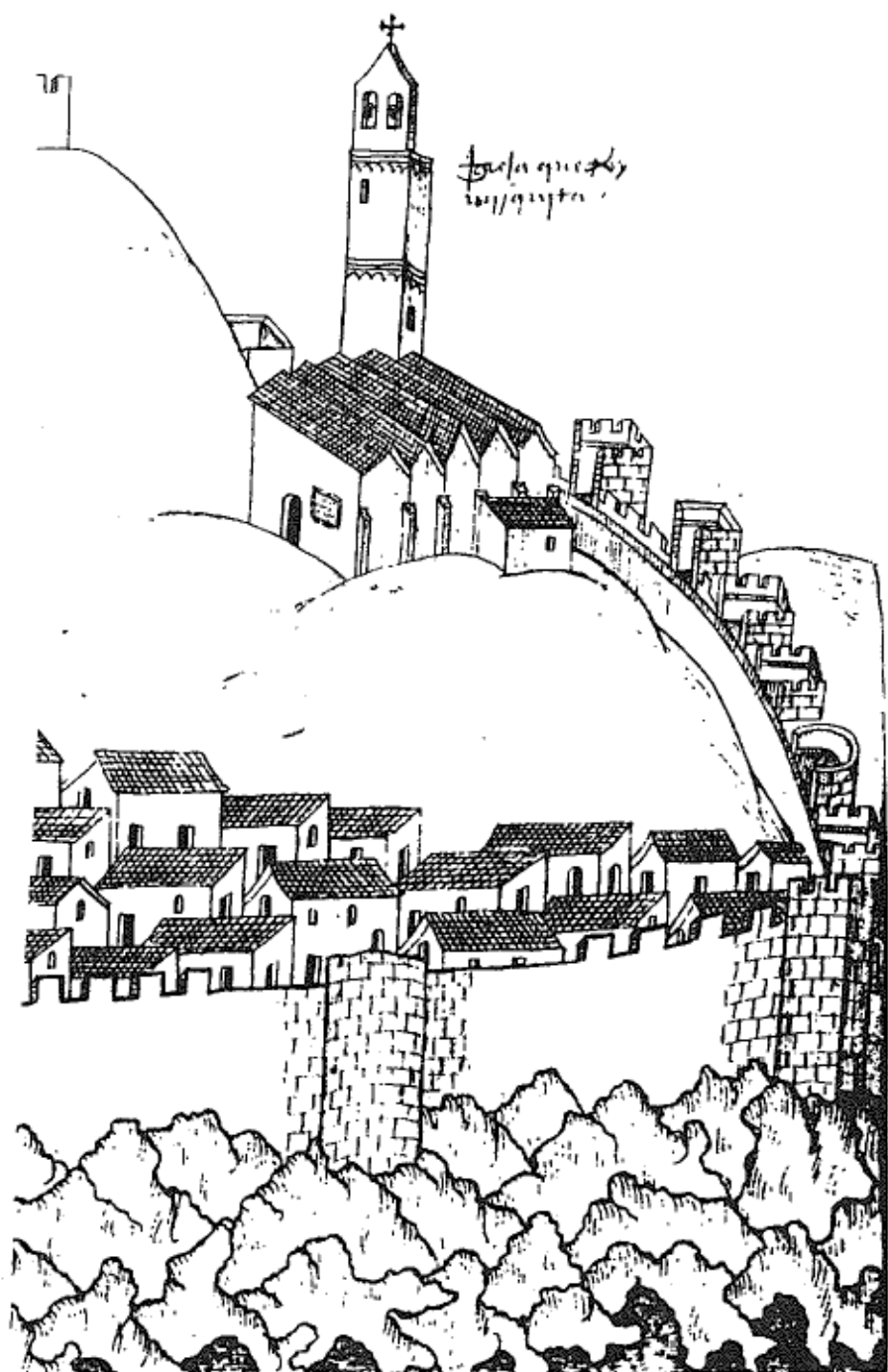


Fig. 2

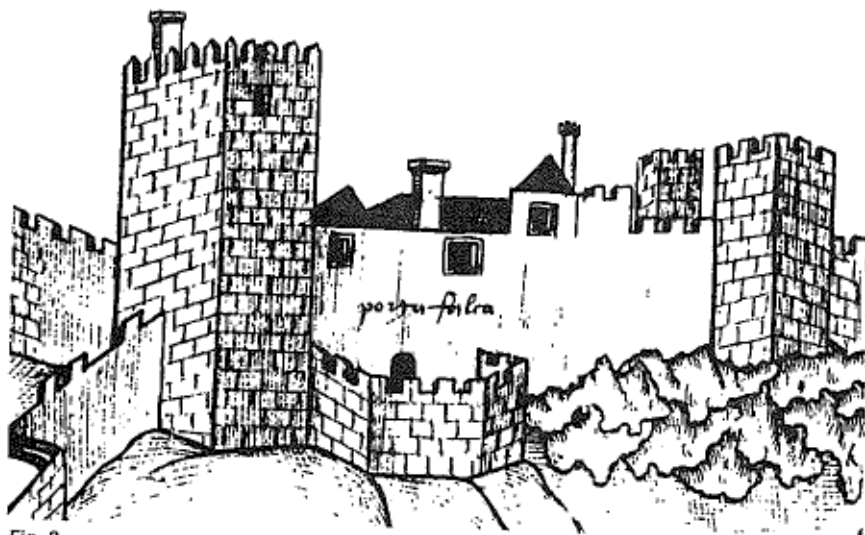


Fig. 3

A estrutura e o perímetro das imponentes muralhas que abraçavam o casco urbano não receberam obras de vulto após a *Reconquista*. A única intervenção de registo é ao nível das portas da vila, refeitas provavelmente em finais do século XIII, em particular a chamada *porta da ribeira*, sobre a qual se elevará um torreão, quadrangular, de grande porte (Fig. 5). Das cíclicas obras de conservação e restauro dá conta documentação diversa, nomeadamente as introduzidas na muralha voltada ao rio, que não modificaram, tal como nas restantes, a fisionomia e o traçado herdado da época almoada.

Junto às muralhas castelejas, na zona da alcáçova, encontrava-se a área residencial almoada, que é abandonada, transformando-se, a partir de inícios do século XIV e até ao século XV, em cemitério e posteriormente em ferregial. Na encosta poente do castelo organiza-se o curral do concelho (onde está localizado o actual cemitério), que permanecerá neste local até ao século XVI, transferindo-se de seguida para fora de portas, junto à zona do Rossio.

A mesquita, edifício emblemático e primeiro referente ideológico da civilização vencida, concentrou, obviamente, as atenções reformadoras dos recém chegados cavaleiros cristãos. Porém, a sua adaptação ao culto cristão, como no-lo revelam as fontes documentais e as análises arqueológica e arquitectónica, não obrigou, acto imediato, a mudanças estruturais (Fig. 2). É na organização do espaço religioso que a mão expiadora se fez sobretudo sentir, nomeadamente através do entaipamento de portas e do *mirhab*, e na mudança do altar-mor para a parede norte. É apenas na década de trinta do século XVI, particularmente entre os anos de 1530 e 1535, que a mesquita/igreja de Santa Maria recebe obras significativas, patrocinadas pelo então comendador e alcaide-mor de Mértola, D. João de Mascarenhas. Às suas expensas, manda abobadar o corpo da igreja, solução arquitectónica que conduziu ao seu alteamento e eliminação dos cinco telhados de duas águas. Na mesma campanha de obras, é

aberto um novo portal, ao gosto renascentista. Da primitiva construção apenas se conservará, até ao final do século XVI, o minarete – torre sineira, último referente da antiga mesquita almoada.

O casario, como desde sempre, apertava-

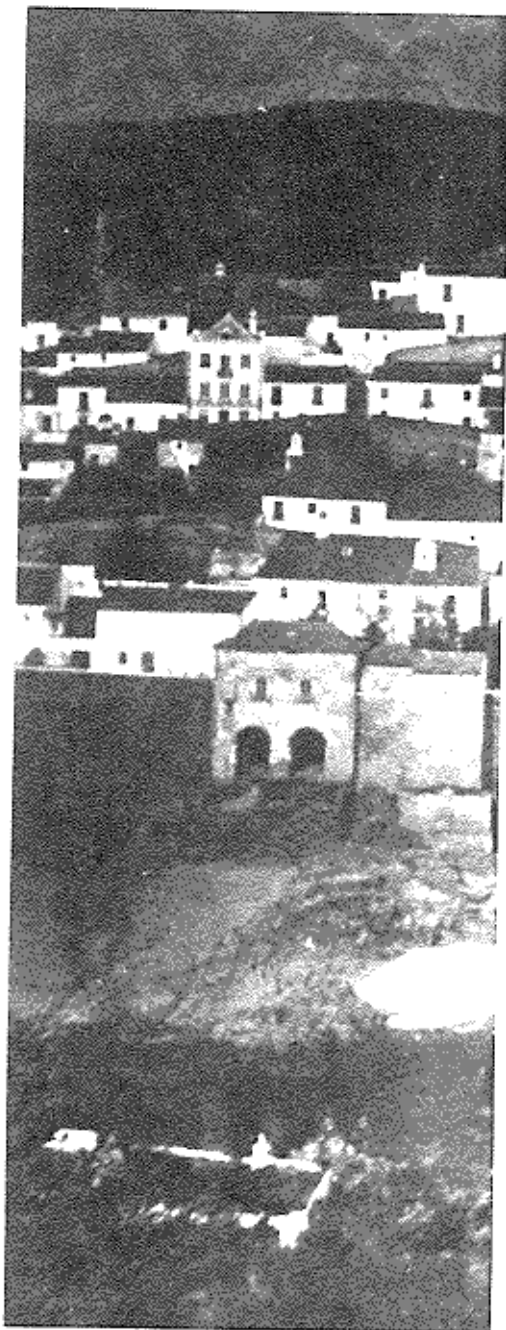


Fig. 4

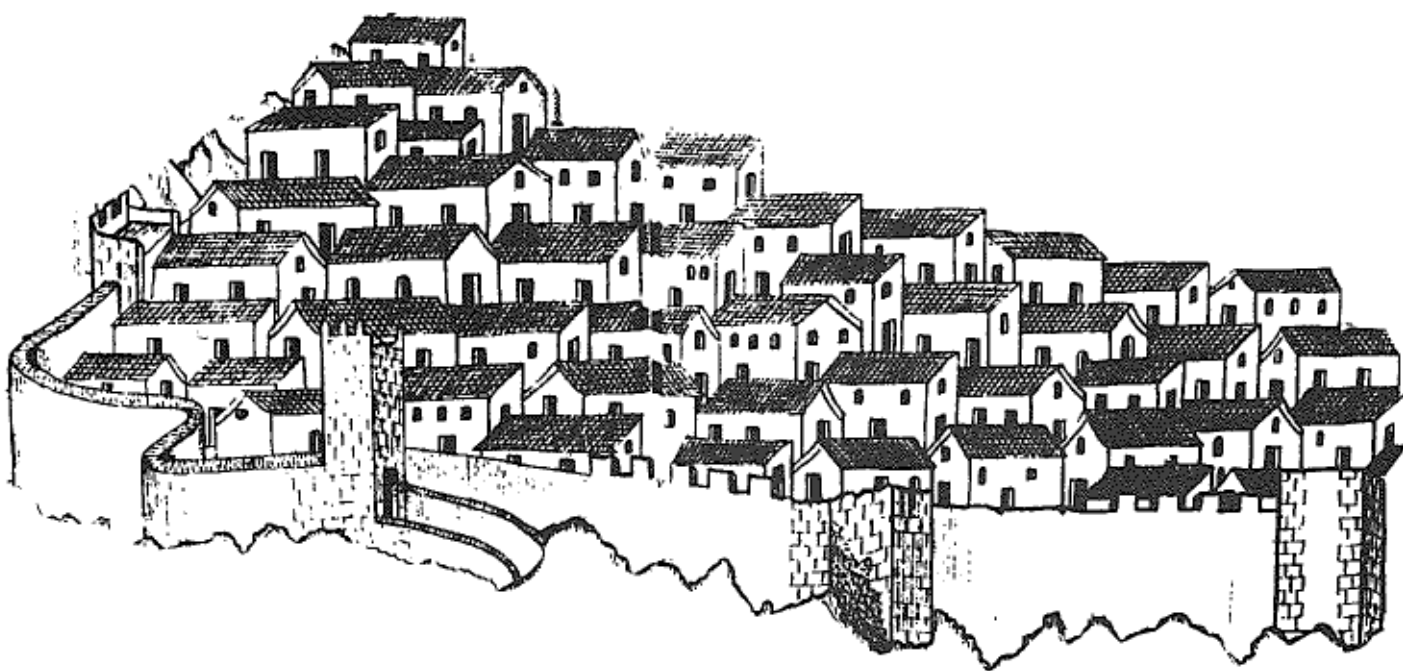


Fig. 5

-se sobretudo ao longo da rua que corria junto à muralha virada ao rio. Estabelecendo a ligação entre as duas portas da vila, era a artéria comercial por excelência – a *Rua Direita* – exercendo uma natural atração sobre as gentes com *cabedais*. Duas outras, paralelas à primeira – a *Rua de Trás* e a *Rua do Espírito Santo* – rasgavam longitudinalmente o casco urbano, obedecendo o seu traçado ao declive acentuado da encosta. As casas, de um e dois pisos, evoluíam em ligeiro serpenteado ao longo das mesmas, adaptando-se à topografia do terreno (Fig. 5).

A área urbana junto à *porta da Ribeira*, assim designada por dar acesso à vida portuária, era a mais privilegiada, registando uma maior concentração de espaços com funções comerciais e residenciais. Era na parte sul da vila, de resto, como o retrata Duarte d'Armas em inícios do século XVI, que o conjunto urbano se adensava, em razão directa da força polarizadora exercida pelo porto e das múltiplas actividades associadas ao mesmo. Em contraste, junto à *porta de Beja*, a partir

da qual se estabelecia a ligação imediata ao arrabalde e se organizavam as vias terrestres de comércio regional, a concentração urbana era consideravelmente menor.

3. Em campanhas de obras lançadas em finais do século XIII, com provável prolongamento em inícios da centúria seguinte, são erguidos, junto às duas portas da vila, dois novos edifícios: a igreja do Espírito Santo e seu hospital anexo e a capela de Santiago. Com a igreja matriz, situada na alcáçova, compõem a tríade de espaços religiosos que a vila organiza em época tardo-medieval, neles se concentrando a devoção e as dádivas dos seus moradores. Porém, a posição que vieram a ocupar no tecido urbano (portas da vila) e a função social interpretada pela confraria do divino Espírito Santo, revelam que não foi exclusivamente em atenção à comunidade residente que foram construídos.

O hospital e a igreja do Espírito Santo situavam-se em posição fronteira à *porta de Beja*. Eram edifícios terminais de uma longa e sinuosa rua a que deram o nome, facto que espelha a importância que adquiriram no imaginário local. A confraria que os administrava, em cumprimento da sua vocação, garantia a prestação de serviços de assistência a desvalidos, doentes e desamparados da sorte, em particular aos que, por motivos diversos, acediam a estas paragens. Foi esta função e a facilidade de acesso que determinou a sua localização junto da porta da vila. À imagem, de resto, dos principais conjuntos urbanos medievais, que dispunham de edifícios destinados à assistência/guarda de viandantes junto das suas portas (albergarias, estalagens, hospitais, etc.). No caso de Mértola, é de admitir que tenham substituído, no local ou suas proximidades, uma antiga

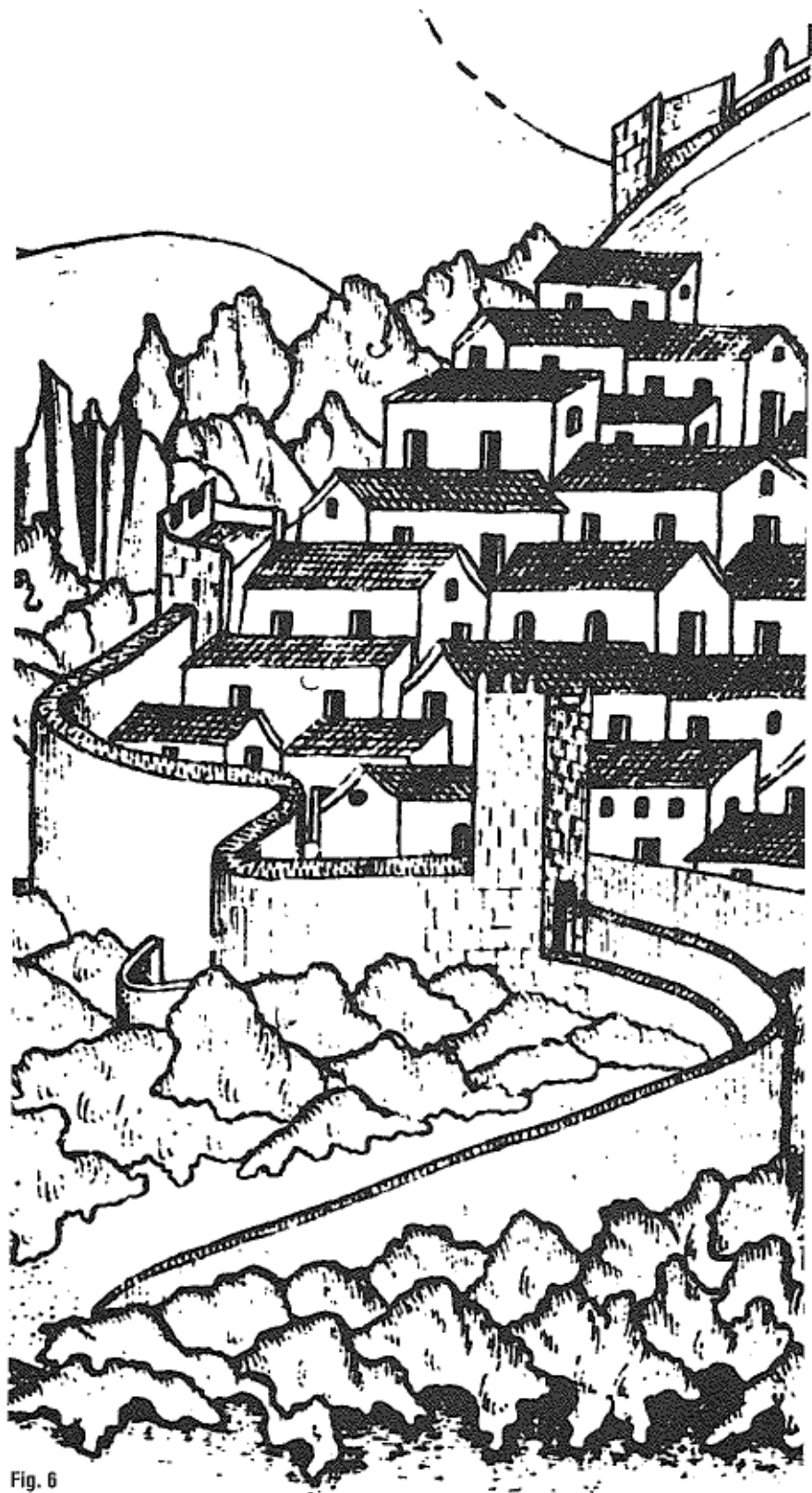


Fig. 6

albergaria de época islâmica, da qual não se conservaram registos históricos e se desconhecem vestígios arqueológicos.

A capela dedicada ao apóstolo Santiago, na outra extremidade da vila, erguia-se num recanto da plataforma do bastião que avançava sobre o rio e na qual se abria a segunda porta do burgo, a chamada *porta da ribeira*. Aquela estrutura fortificada, de dimensões imponentes, era o reforço indispensável do troço de muralhas que envolvia a parte baixa do casco urbano, a mais vulnerável e onde se organizou, desde sempre, o percurso de acesso à água e ao porto (Fig. 7).

É possível traçar uma descrição aproximada da evolução histórica deste espaço e da sua organização funcional, assim como das características formais dos edifícios que sucessivamente se ergueram, a partir de um conjunto razoável de documentos, entre os quais pontificam os processos visitacionais santiaguistas e o registo iconográfico de Duarte d'Armas, de inícios do século XVI.

4. A quem, vindo da zona ribeirinha, transpusesse o túnel em cotovelo da *porta da ribeira*, a silhueta da capela de Santiago impunha-se desde logo ao seu olhar, não tanto pela volumetria das suas formas mas pela posição elevada em que se encontrava face ao plano do empedrado da rampa que dava acesso à vila. O edifício era, de resto, de pequenas dimensões, limitado que estava ao espaço desenhado pela estrutura do bastião e à confrontação imediata com a rua pública. Dimensões limitadas, por outro lado, pela necessidade de manter livre a circulação ao longo do passadiço ameadado que contornava a parede testeira da capela e que conduzia ao torreão que se levantava sobre a *porta da ribeira* e a defensão.

A capela, nestas condições, não podia deixar de ser uma construção modesta. De

uma só nave, não muito elevada, tinha as paredes em taipa e telhado de duas águas. A cobertura interior era feita em madeira, solução pobre que evidencia a reduzida capacidade dos seus instituidores em promover um programa construtivo mais arrojado. Duas portas, uma na fachada principal, virada à rua, e outra na parede voltada à rampa da *porta da ribeira*, facultavam a entrada ao interior, igualmente modesto. Dois óculos, circulares, rasgados na fachada e na cabeceira, filtravam a luz indispensável ao serviço litúrgico.

Em linhas gerais, era este o traço arquitectónico da capela em inícios do século XVI, que certamente se aproximava, com uma ou outra pequena modificação, ao edifício levantado em finais da centúria de Duzentos.

Registe-se, no entanto, que poucos anos volvidos sobre o retrato da vila de Mértola traçado por Duarte d'Armas, a capela de Santiago encontrava-se já em estado bastante arruinado. Nas palavras do visitante santiaguista que, em 1515, a inspeccionou, estava «sem telhado nem madeira soomente com as paredes alevantadas E com huum altar sem ousya». Perante este quadro, ficou determinado que, no espaço de dois anos, o comendador e o concelho consertassem o «telhado E portas E ho mais que lhe for neçesario». Quanto aos ornamentos, a situação era igualmente pobre. Não existia «callez nem Vestimenta nem outra cousa»; quando se pretendia officiar missa «traziam o gujsamento da igreja» (matriz) ¹.

Apesar da veemência com que foram determinadas e das penas pecuniárias que se encontravam prescritas caso as obras não fossem cumpridas no prazo estipulado, no ano de 1524, quando de novo se procede à visitação da comenda de Mértola, a capela não se encontrava completamente recuperada. Justificava este longo atraso, o facto do comendador não ter assumido a res-



Fig. 7

ponsabilidade que lhe cabia de repartir com o concelho os custos da recuperação da capela. Em conformidade, e atendendo a que a edilidade suportara, até então, a maior parte dos gastos, é dada ordem ao comendador para que cumprisse com o restante, isto é, mandasse acafelar (rebocar) a capela «dentro em seis meses... sob pena de Vjnte cruzados pera o convento de palmella» ². Esta ordem, contudo, não chegaria a ser acatada, apesar de repetidamente surgir nos diferentes alvarás, provimentos e visitações dos anos seguintes. Refira-se, a título

de exemplo, o alvará de 1526. Neste documento, depois de se lembrar que as obras de restauro haviam sido ordenadas em 1515, é assim apresentado o ponto da situação: «*ho povo corregeo E o comendador deu somente dous mill reaes pera ho corregimento... foy mandado ao comendador ha mandasse acafelar ha dicta hermyda... E esta não esta acafelada nem corregida*»³.

As razões invocadas pelo comendador eram a falta de dinheiro e a tradição, segundo o mesmo desde sempre praticada, de as obras da capela serem custeadas com esmolas do povo. Porém, em 1535, o argumento apresentado iria ser outro.

Na visitação daquele ano à vila de Mértola, o visitador procede a uma inspecção mais detalhada do edifício: «*Vesyntamos A dicta Jrmjda de santiago A quall achamos madeyrada com madeyra de castanho E de duas agoas E telhada de telha Vaã E cyntada de call E tem hum portall de pedraria boom com suas portas de castanho com ferrolho E fechadura E no altar achamos hua imagem do apostallo santiago a cauallo ja bem Velha*». De seguida, refere que no interior da capela se encontrava guardada madeira «*de bordos E tavoado*», em grande quantidade, destinada aos retábulos e côro da igreja matriz, que se encontrava em obras. Esta a razão, como é justificado em nome do comendador, para que a capela não se encontrasse «*ja acafelada*». No entanto, encontra-se lavrado «*hum contrato em pubrico... com ho pedreiro que fez a igreja pera acafellar E apyncalar a dicta jrjmida E isto de inpreytada*». Por último, e esclarecedor quanto ao desenrolar da situação descrita, a afirmação registada e atribuída ao comendador de assim proceder «*per sua deVação E não por ser obrigado ao dicto corregimento*»⁴.

Ignora-se, já que não se conservou documentação que o demonstre, se as tão desejadas obras terão sido efectuadas. Se o foram, certo é que a capela, vinte anos decorridos, estava em completa ruína. As causas imediatas da mesma desconhecem-se, mas não é difícil de descortinar as razões profundas que a ditaram. Na visitação à vila de Mértola de 1554, o visitador não reserva mais do que três linhas do seu processo para se referir à capela de Santiago: «*esta igreja he mais antiga da villa. esta caida por terra não tem mais que as paredes o capitão he obrigado a fabrica. avia-se de mandar reparar e concertar*»⁵.

5. O mau estado em que a capela se encontrava e a dificuldade crónica em pro-mover a sua recuperação terão sido razões suficientes para a sua cedência à recém criada confraria da Misericórdia de Mértola, que mandou edificar um novo templo. Razões que também justificarão a facilidade e celeridade com que tudo se processou, assim como a aceitação por parte dos fiéis de substituir a antiga devoção a Santiago pela de Nossa Senhora da Misericórdia. O edifício, que naturalmente conheceu as mesmas limitações de espaço que o seu antecessor, foi erguido com relativa rapidez. Atesta-o, a inscrição lavrada no lintel da porta lateral, datada de 1558, que evoca certamente o ano de sagração da capela (Fig. 8). Sobre esta rápida evolução de acontecimentos é esclarecedora a notícia dada

no ano de 1565 pelo visitador santiaguista: «*Achamos pelas visitações antigas que nesta vylla Junto da porta que vay per a Ribeira avia hua Jrmyda da jmvocação de santiago na quall os moradores desta villa fizerão casa de mysericordia como ora estaa E a imagem que nesta Jrmyda avia de Santiago de vulto estaa ora na jgreja do Espirito Santo E fomos Jmformados que se fizera esta casa da mysericordia na dicta Jrmida com licença de Sua Alteza*»⁶.

A data de fundação da Santa Casa da Misericórdia de Mértola não é assinalada em nenhum documento, coevo ou posterior, mas não se andarão longe da realidade se se afirmar que deverá ter ocorrido no decurso dos últimos anos da década de quarenta do século XVI. O que está fora de questão, seguramente, é a datação avançada por diferentes autores, o ano de 1628. Em que informações se basearam não deixa de ser uma incógnita, dado que são diversos os testemunhos que as desmentem. Aliás, esta situação é extensível a muitas outras Santas Casas, para as quais é corrente indicarem-se as respectivas datas de fundação sem se apresentar, como competia, os elementos, documentais e outros, que as legitimam. No caso vertente, a datação peca por excesso em quase um século, não sendo abusivo afirmar-se que não será exemplo isolado.

Como ficou acima entrevisto, a confraria da misericórdia de Mértola encontrava-se já instituída em meados do século XVI, regulando-se, como na altura todas as demais, pelo Compromisso da de Lisboa. O documento mais antigo que se lhe refere, datado de 1554, informa que possuía celeiro, caixa de esmolas na igreja matriz e que era conveniente que administrasse conjuntamente com a confraria do Espírito Santo o hospital a esta agregado, pois sendo ambas pobres «*asi se remediaria hua com a outra*»⁷. A docu-



Fig. 8

mentação que se conservou da época não permite avaliar se esta última pretensão, defendida pelo juiz e vereadores da câmara, chegou a consumir-se. No entanto, o protagonismo que as misericórdias passam a desempenhar em matéria de assistência pública e as recomendações régias para que, uma vez instituídas, anexassem os já então decadentes hospitais fundados em época medieval, faz supor que tal se tenha verificado. Num segundo momento, a misericórdia chamou a si a responsabilidade exclusiva de administrar o hospital da vila, já que, à imagem do que sucedeu em todo o reino com as confrarias medievais, a do

Espírito Santo entrou em rápida decadência, cessando a sua actividade em finais do século XVI.

Antes de se fixar no templo que é erguido sobre as ruínas da capela de Santiago, a confraria de misericórdia de Mértola não terá estado instalada em casa própria, tendo muito provavelmente funcionado no edifício da Igreja matriz. Indicia e torna credível esta hipótese, o facto de, no citado documento de 1554, entre os diversos estabelecimentos religiosos visitados, não se referir nenhum como sendo de sua pertença, assim como a já referida colocação de caixas de esmolas no interior da matriz.

Se os primeiros anos da sua existência foram pautados pela pobreza de recursos, a autorização para entrar na posse das ruínas da capela de Santiago e a construção de um novo edifício, são sinais inequívocos da vitalidade e prestígio que rapidamente adquiriu junto dos moradores da vila e seu termo. A sua actividade caritativa e assistencial, no cumprimento das denominadas *catorze obras de misericórdia*, estimularam a atenção e o espírito de caridade locais, traduzidas em

esmolas, doações e legados diversos. Não deixou indiferente, por outro lado, o poder régio, concedendo-lhe Filipe I, em resposta ao requerimento apresentado nesse sentido pelo Provedor e demais Irmãos da confraria, autorização para «gozar E usar dos privilégios y liberdades concedidas a casa da misericórdia desta cidade de lizboa»⁸, facto que atesta a intensificação que registava a sua actividade.

A vida administrativa da misericórdia de Mértola não foi regulada, contudo, pela estabilidade. Acontecimentos graves verificados na década de trinta do século XVII mas cuja natureza remete para causas bem anteriores, iriam originar a sua reforma. Na sua base esteve a aplicação de um preceito introduzido pela Santa Casa de Lisboa, em 1598 (posteriormente enunciado no seu compromisso de 1618), e que as restantes misericórdias, com maior ou menor zelo adoptariam: o de se interditar o desempenho de funções e o estatuto de Irmão a todos os que não fossem «limpos de sangue judeu ou mouro», por raça ou casamento. Este preceito foi observado rigidamente pela Mesa da confraria de Mértola, eleita no ano de 1638, deixando transparecer os actos extremos então praticados a importância que localmente daria a comunidade de cristãos-novos. De facto, o processo assumiu contornos de autêntica cruzada, simbolizada na decisão de se mandar queimar todos os livros «das irmandades velhas». Tudo leva a crer, uma vez que o arquivo destas não chegou até nós, que o acto de expiação foi cumprido. Salvou-se, contudo, do fogo reformista, um livro de receita e despesa das antigas irmandades, embora se encontre truncado nas suas cento e dez folhas iniciais. O seu termo de encerramento é rubricado pelo provedor Gaspar Roiz de Moura, no dia 1 de Janeiro de 1579, indicando o ano em que se teria iniciado a sua utilização (habitualmente feito na mesma altura que o de abertura)⁹.

A reforma empreendida em 1638 não se efectivou sem declarada resistência dos visados. Ponto culminante da mesma, a petição dirigida a D. João IV, em Janeiro de 1642, feita em nome «dos moradores da vila», para que não fosse extensível à misericórdia de Mértola a aplicação de tal cláusula. Sustentam as suas razões, após denunciarem o «fingido zello» com que alguns moradores deram a conhecer e aplicaram o Compromisso da misericórdia de Lisboa, no facto de, contrariamente a esta cidade, onde a separação «se pode praticar pello numeroso povo dela», não ser isso possível nas vilas e lugares «pobres e de pouca gente», muito «em particular na dita villa de Mértola aonde se achão ambas estas coisas» e por a «maior parte da gente nobre e mais poderosa da terra «estar casada «com mulheres que tem a tal rasa ou eles parte dela».

Em reforço das suas pretensões, lembram a El-Rei que «em muitas vilas e povos deste Reyno se não praticou tal separação» e que andavam «geralmente com as armas na mão», defendendo as fronteiras do reino com «zello e lealdade e gastando nisso as suas fazendas»¹⁰.

Apesar do fervor e eloquência com que enunciaram as suas razões, a petição não obteve a receptividade desejada junto do rei D. João IV. Uma provisão-régia, datada de 21 de Junho de 1642, dirigida ao provedor da comarca de Beja e câmara da vila da Mértola, faz saber, para que dúvidas não mais se colocassem,

que não consentia que «na dita ermandade aja alteração nem inovação alguma com gente de nasão»¹¹. Ao que parece, porém, o evoluir dos tempos e o mecanismo subterrâneo das conveniências locais acabariam por determinar o contrário.

No inquérito paroquial de 1758, na pergunta relativa à misericórdia da vila, o pároco tece dolorosos comentários por não ter conseguido obter informações suficientes sobre a mesma, dado que lhe tinha sido negada a possibilidade de consultar o seu arquivo. Informa, por outro lado, em tom amargo, que a compunham «homens de nação», situação que lhe foi justificada (numa inversão total dos termos constantes na determinação régia de 1642) por el-Rei D. João IV o ter consentido:

«He notavel em serem nella Irmaons homens infectos com toda a qualidade de infecçam, por requerimento que os Irmaons fizeram a Sua Magestade para os dispensar na pureza, que na forma de compromisso necessitavam ter os que houvessem de ser Irmaons, allegando a falta da gente limpa, e o serviço que elles fazião continuadamente na guerra com os castelhanos (...) E o que he mais que sendo Irmaons toda a qualidade de homens observão o mesmo destino destas para as funções (...) vendosse na procissam de Quinta Feira Santa levar a sagrada imagem do Santo Christo às vezes hum judeo, que succede ser o escrivam da Caza, como eu tenho visto há menos de nove anos que vivo nesta villa e tenho procurado remedear, mas nam posso»¹².

Não se conservaram registos documentais nem subsistem elementos suficientes que permitam caracterizar arquitectonicamente a igreja quinhentista da misericórdia de Mértola. No entanto, pelo que a actual construção deixa perceber e atendendo aos condicionamentos de espaço já referidos, deve ter seguido de perto a organização e volumetria do edifício medieval, do qual, relembre-se,

apenas existiam, em 1554, as paredes. Que reaproveitamento foi feito das estruturas pré-existentes é uma incógnita. Não deixou de ser, porém, um novo programa construtivo, de que permanecem como elementos caracterizadores os dois portais, o axial e o lateral.

É no portal lateral que os propósitos de nobilitar o edifício se terão concentrado, nomeadamente através do bem desenhado registo epigráfico que percorre o seu lintel e, sobretudo, das escadarias que passaram a envolvê-lo e lhe facultavam o acesso ¹³. Terá sido no decurso das obras de sua construção que foram trazidas à luz do dia quatro estâtuas romanas, das quais apenas uma se conservaria em Mértola, achado de que dariam notícia duas eminentes figuras da literatura Quinhentista ¹⁴.

Quanto à organização do espaço interior da igreja e à sua dotação, não existem informações. Porém, os sinais de prosperidade que a confraria revela nos dois primeiros séculos da sua história não deixariam de se materializar, ao nível de altares, pinturas e alfaias religiosas.

No decurso do século XVIII o templo foi naturalmente objecto de trabalho de consolidação e restauro. Do seu ritmo e profundidade não ficou, contudo, memória. Mas será apenas em meados do século XVIII que se irão registar alterações significativas, modelando-se então os contornos do edifício que permaneceria até aos nossos dias.

A campanha de obras Setecentista traduziu-se, sobretudo, na abobadagem da nave, em pleno centro, na reorganização do altar-mor, projectado à altura daquela e igualmente coberto por uma pequena abóbada de meio ponto, e na construção de uma sacristia. O aparecimento deste novo corpo é, sem dúvida, a novidade maior em termos arquitectónicos. Imperativos de natureza militar tinham desde sempre obrigado, como ficou

anteriormente expresso, a deixar livre a circulação junto das muralhas do bastião que defendia a parte baixa da vila. Este compromisso entre duas ocupações funcionais, a religiosa e a militar, não fazia já naquela época sentido, vindo a sacristia a ocupar todo o terreno disponível até à muralha. Desta arrancam duas das suas paredes, a nascente e a sul, tendo a que se levantou a poente prolongado a fachada do edifício, soluções que no seu todo transmitiram uma nova espacialidade e volumetria ao conjunto edificado.

6. A história contemporânea da igreja da misericórdia está intimamente ligada às transformações a que são sujeitas as instituições de assistência e beneficência a partir do liberalismo.

É um dado adquirido que as misericórdias, apesar da diversidade de situações que conheciam, começaram a manifestar sinais de crise, administrativa e económica, a partir de finais do século XVIII. Crise que a conjuntura histórica ajudou a aprofundar, não obstante a tentativa régia em minimizar os seus efeitos, nomeadamente através da doação de bens pertencentes à coroa, concretizada em 1806.

Esta decisão constituiu apenas um paliativo, não se invertendo o sentido à manifesta decadência das misericórdias e que em longa medida justificou as reformas lançadas pelos governos liberais. Se algumas se revelaram indispensáveis e estavam de acordo com a política liberal (criação de mecanismos e instrumentos de inspecção e fiscalização sobre os actos de gestão corrente e abolição de privilégios adquiridos), outras tiveram implicações profundas e resultados nefastos. Foi particularmente o caso do decreto que regulamentou a conversão de bens imóveis em papéis de crédito, publicado em 1866, que provocou a interrupção da actividade, temporária ou definitiva, de muitas das misericórdias, conduzindo outras a uma existência letárgica. De resto, ao assumir o Estado, de uma forma progressiva, os encargos e a organização dos serviços de assistência pública, limitou-se, em muito, o campo de acção das misericórdias, remetendo-se a sua prestação, quase exclusivamente, para a assistência hospitalar.

Igualmente com profundas repercussões no seu quotidiano foi a dessacralização a que foram submetidas, passando o seu funcionamento a ser regulado pelas mesmas leis que regiam os corpos administrativos (expressas, sobretudo, nos sucessivos códigos administrativos, liberais e republicanos).

A misericórdia de Mértola, à imagem das demais, viu cerceados os seus rendimentos e serem-lhe impostos limites à sua actividade. Este último aspecto é fundamental: uma vez limitada a sua intervenção, o prestígio social que detinha esvaziava-se paulatinamente, assim como definham os mecanismos de solidariedade há muito instituídos (esmolas, doações e legados pios).

A já referida dessacralização teve implicações de outro tipo: o abandono, transformação ou ruína de muitos dos edifícios religiosos das misericórdias, que estavam à sua guarda, símbolos primeiros da sua existência e referentes imagéticos há muito presentes nos cascos urbanos.

Apesar da crise que atingiu a misericórdia de Mértola, já evidente em meados

do século XIX e que se prolongou pelas primeiras décadas do presente século, a sua igreja não sofreu as adaptações ou transformações a que muitas foram sujeitas. Uma tradição, embora recente, contribuiu para que permanecesse ligada às manifestações religiosas locais e não perdesse a dignidade devida aos edifícios de culto: é no seu interior que, por uma noite, na celebração da festa do Senhor dos Passos, fica depositada a imagem de Cristo. É quando as suas portas se abrem à devoção dos crentes, que a procissão tem o seu início.

Se a igreja não sofreu transformações estruturais, elas verificaram-se na sua envolvente. A plataforma/terreiro da *porta da ribeira* é reorganizada, conhecendo a partir de meados do século XIX novas funções, que projectam uma nova imagem urbana. O velho torreão medieval é sacrificado, surgindo em seu lugar uma habitação, que ficará adossada ao corpo da igreja. Desenha-se, a partir de então, o núcleo edificado que hoje se observa, sugerindo o sistema de telhados múltiplos que o cobre uma unidade que é apenas aparente.

A história recente deste conjunto cruza-se com os trabalhos de reabilitação urbana e de musealização da vila de Mértola, quadrantes dinâmicos de um amplo projecto cultural e científico desenvolvido pelo Campo Arqueológico de Mértola, em associação estreita com a autarquia.

Foi na igreja da misericórdia, após ter recebido obras de beneficiação profundas, que se instalou, em 1982, o primeiro núcleo do Museu de Mértola. Sem vocação temática específica, tem vindo a ser utilizado como espaço expositivo das mais notáveis peças cerâmicas e outros artefactos do período islâmico, a par com um importante acervo de imaginária religiosa e de alfaías litúrgicas do concelho, que encontrou, na antiga sacristia, local de recolhimento e protecção, escapando assim aos lamentáveis saques de que foram vítimas, à época, algumas das igrejas do concelho.

Nas dependências da casa que lhe está adossada, uma vez perdidas as suas funções habitacionais, ficou instalado, primeiramente, um atelier de restauro de madeira polícroma e, nos últimos anos, na sequência de acções de formação profissional entretanto promovidas, uma oficina de ourivesaria, ela também entendida como factor de dinamização e animação museológica.

A evolução recente do projecto Mértola-vila Museu, estimulado pela investigação científica multidisciplinar e pelos trabalhos de recuperação urbana na área do centro histórico, impôs uma nova utilização funcional para a igreja e seus anexos. Assim, encontrando-se já organizado um espaço alternativo para funcionamento da oficina de ourivesaria e estando em vias de se concretizar o projecto de instalação do museu consagrado ao período islâmico, a igreja da Misericórdia, a sacristia e casa anexa estão aptas a constituir-se, no seu todo, como uma nova e notável peça do conjunto já existente de núcleos museológicos temáticos. No seu interior, ficará exposto o espólio representativo da arte sacra concelhia, dos séculos XV a XVIII, nos domínios da imaginária, pintura, ourivesaria e paramentaria.

No estudo de adaptação deste conjunto edificado a espaço-museu, procurou-

-se, antes de tudo o mais, salvaguardar e preservar as suas características formais, pois trata-se de parte representativa do património construído da vila e da multiplicidade de linguagens arquitectónicas que a sua ocupação histórica conheceu. Por outro lado, o programa museológico a realizar procurou tirar partido da funcionalidade original dos diferentes espaços, das suas dimensões e configuração, sem que isso interfira com a desejada valorização do edifício, particularmente a igreja e sacristia. Embora exemplares de traça comum para a sua época, são os referentes primeiros da temática musealizada e elementos integrantes da atmosfera que se projecta recriar, seja através da reconstituição do altar-mor ou da manutenção da tradição da romaria do Senhor dos Passos, fazendo perpetuar a função do edifício como local devotivo. As dependências da casa anexa, por seu turno, servirão de antecâmara do museu, fornecendo-se ao visitante, um conjunto de informação globalizantes sobre a arte sacra concelhia e espólio exposto em suportes estáticos e multimédia.

Uma vez constituído, o museu de arte sacra inaugurará uma nova fase de ocupação funcional do terreiro sobre a *porta da ribeira*, simultaneamente ilustrativa do seu passado e do projecto presente de valorização histórica do património edificado de Mértola.

NOTAS

- 1 A.N.T.T., Conventos Diversos, Ordem de Santiago, B - 50 - 160, fl. 91 v.
- 2 A.N.T.T., Conventos Diversos, Ordem de Santiago, B - 50 - 161, fl. 83.
- 3 A.N.T.T., Conventos Diversos, Ordem de Santiago, B - 50 - 175, fl. 127 v.
- 4 A.N.T.T., Conventos Diversos, Ordem de Santiago, B - 51 - 263, fl. 6 - 6 v.
- 5 A.N.T.T., Conventos Diversos, Ordem de Santiago, B - 50 - 197, fl. 130 v.

- 6 A.N.T.T., Conventos Diversos, Ordem de Santiago, B - 51 - 230, fl. 8 v.
- 7 A.N.T.T., Conventos Diversos, Ordem de Santiago, B - 51 - 197, fl. 130 v.
- 8 A.N.T.T., Chancelaria de D. Filipe I, Liv. 4 de Privilégios, fol. 92 v.
- 9 Arquivo Histórico Municipal de Mértola, fundo da Misericórdia, Livro de Receita e Despesa, – D. D. 1/01.
- 10 Arquivo Histórico Municipal de Mértola, fundo da Misericórdia, Livro da Matrícula dos Irmãos – D. C. 1/01.
- 11 Arquivo Histórico Municipal de Mértola, fundo da Misericórdia, Livro da Matrícula dos Irmãos, – D. C. 1/01.
- 12 A.N.T.T., Memórias Paroquiais/Dicionário Geográfico, Mértola, vol. 23, nº 129, fl. 806.
- 13 Estas escadarias foram entaipadas em finais dos anos 70, em obras de repavimentação do largo fronteiro à Misericórdia.
- 14 Fr. Amador de Arrais, *Diálogos*, Coimbra, 1589; André de Resende, *Antiquitates Lusitaniae*, Évora, 1593.